



*Sonia Chébel Mercado Sparti (*)*

***A família como agente
socializador
- As famílias e as relações
de gênero***

(*) Professora de Psicologia Educacional na
Universidade de Sorocaba



RESUMO

Considerando a família como fenômeno histórico (que passou por mudanças e vai continuar mudando), como manifestação humana em processo e como agente socializador, este texto objetiva focalizar, mesmo sucintamente, as relações de gênero na família. Aborda, também, o aparecimento da família nuclear burguesa, nos séculos XVI e XVII, modelo europeu que se impôs a nós através da ação dos colonizadores portugueses e que permanece idealizado até os dias atuais, inclusive, representado nos livros didáticos, principalmente naqueles utilizados nas séries iniciais do 1º grau.

ABSTRACT

Taking family as a historical phenomenon (which has gone through changes and will go on changing), as a human manifestation in process, and as a socializing agent, this text intends, although briefly, to focus on the gender relationships within a family. It also discusses the origin of the bourgeois nuclear family in the sixteenth and seventeenth centuries, a European standard imposed on us by the Portuguese colonists, which has remained idealized up to our days, and is even represented in textbooks, especially those used in the early stages of elementary schools.

Durante a maior parte da história da humanidade, de acordo com Humberto Maturana (1994), homens e mulheres viveram numa *cultura matrística*, isto é, numa cultura na qual ambos podiam participar de um modo de vida centrado numa cooperação não hierárquica, numa relação de participação e confiança. Nessa cultura não havia oposição entre homens e mulheres, nem subordinação de um ao outro. No entanto, prossegue Maturana (1994), a arqueologia nos mostra que a cultura matrística europeia pré-patriarcal foi brutalmente destruída pelos povos pastores patriarcais - os indo-europeus - que lá chegaram entre 7.000 e 6.000 anos atrás e, desse modo, foi se formando a *cultura patriarcal europeia*, que chegou até nós através dos colonizadores. O pensamento patriarcal é essencialmente linear, ocorrendo num cenário caracterizado pela hierarquia, autoridade, obediência e controle, e subordinando a mulher ao homem, como se existisse uma oposição intrínseca entre homens e mulheres, uma vez que as mulheres eram (são?) vistas como fontes de perversidade, enquanto os homens eram (são?) vistos como fontes de virtude, ainda que seja oportuno lembrar que “las diferencias sexuales de hombre-mujer son biológicas, pero cómo la vivimos es un fenómeno cultural” (Maturana, p.13).

Entretanto, embora “o processo que, entre os séculos XVI e XVII, define uma nova forma de conceber, viver e preservar a existência privada nada tem de uma evolução linear, regular e unívoca” (Ariès e Duby, 1993, p. 409), a *família nuclear burguesa*, como espaço de privacidade, é também o *locus* da reprodução do tipo de poder que era exercido na sociedade como um todo.

Podemos dizer que a iconografia profana, no período medieval é a do ar livre, da rua, pois esse era o cenário onde se praticavam os ofícios, a vida profissional, as conversas, os espetáculos e os jogos. “Fora da vida privada, por muito tempo ignorada pelos artistas, tudo se passava na rua” (Ariès, 1981, p.198). Mas, a partir do século XVI, dois pólos antagonistas

foram sendo estruturados: o *espaço do trabalho* (as condutas profissionais) e o *espaço doméstico* (os comportamentos familiares). E a iconografia, ao longo desse mesmo século, sofreria uma transformação muito significativa, pois tornar-se-ia uma iconografia da família.

Paulatinamente, a mulher dessas sociedades vai sendo excluída dos papéis públicos e das responsabilidades exteriores (políticas, administrativas, municipais, corporativas); vê-se confinada ao lar, encarnando a imagem da esposa e mãe, arraigada pela Igreja e pela sociedade civil, e desempenhando um papel oficioso, em lugar de oficial. Ela está destinada a servir, ou seja, a cuidar, “alimentar, criar, atender na doença, assistir na morte: essa é a preocupação das mulheres, que a ela se devotam gratuitamente” (Ariès e Duby, 1993, p. 417).

Em contrapartida, o território masculino é o exterior, onde ocorrem o trabalho, o comércio, as relações públicas. A taberna, sede da sociabilidade masculina, lugar onde as “cabeças esclarecidas” se encontram, é praticamente interdita às mulheres. “Do pai ao filho ou do preceptor ao aluno, a aprendizagem de leitura e da escrita é assunto de homens, que enfatiza a hierarquia da autoridade e do conhecimento e prepara para as profissões e as responsabilidades do adulto” (Ariès e Duby, 1993, p. 463). As sociedades de juventude que se formam no âmbito da vida ou do bairro, continuam sendo exclusivamente masculinas.

E não faltavam motivos para explicar ou justificar essa situação: “a proteção dos bons costumes contra a tentação; a estrita divisão de tarefas e espaços, que confina as mulheres ao lar e lhes interdita o acesso aos lugares “públicos” onde os homens se reúnem; a menor liberdade de que elas dispõem na prática, pois estão submetidas à autoridade e à tutela do pai ou do esposo; sua falta de qualificação profissional, que, no caso de mulheres trabalhadoras, lhes veda o acesso às profissões suscetíveis de organizar-se em associações” (Ariès e Duby, 1993, p. 484), sempre aprendizes das “artes menores”. Não é difícil entender, a partir desse panorama, que a emergente ordem “dos franco-maçons, cujo segredo é ignorado, e os quais não admitem mulheres” (Ariès e Duby, 1993, p. 485), possa, por tradição, manter essa característica até os nossos dias.

Essa caracterização de homens e mulheres apontada nos parágrafos anteriores, pode ser ilustrada pela iconografia pesquisada e descrita por Philippe Ariès (1981). Por exemplo, numa das obras, “o pai e a mãe estão

no meio. O pai dá a mão ao filho, e a mãe à filha. O criado está ao lado dos homens, e a criada ao lado das mulheres” (p. 201), uma vez que os dois sexos são retratados em separado: homens, pais e filhos, de um lado; mulheres, mães e filhas, de outro. Em outra, até os santos padroeiros do pai e da mãe aparecem separadamente: “o santo do lado dos homens e a santa do lado das mulheres” (p. 204). Em muitas, “a elegância é um símbolo da adolescência masculina” (p. 207). Numa outra, um bebê no berço é vigiado pela irmã atenta, enquanto “uma menina [brinca] com sua boneca¹ e um menino com um catavento” (p.208). A maioria representa o pai fazendo contas, com a pena na mão, algumas fichas e um ábaco sobre a mesa, ajudado pelo filho, enquanto a mulher nina um bebê de cueiros ou cuida da filha pequena, vestida com uma túnica. E conclui Philippe Ariès (1981) que “seria fácil elaborarmos um catálogo de temas repetidos *ad nauseam*: a mãe vigiando a criança no berço, a mãe amamentando a criança, a mulher fazendo a toalete da criança, a mãe catando piolho na cabeça da criança” (p. 209).

Entretanto, as transformações sociais que resultariam nessa *família nuclear burguesa*, organizada “em torno da figura do pai, fechada em sua intimidade e com um determinado padrão de educação para seus filhos” (Heloisa Szymanski, 1992, p.5), ocorreram em diferentes aspectos e de maneira gradativa. Por exemplo, conta-nos Philippe Ariès (1981), que até o século X, “o marido e a mulher geriam cada um seus bens hereditários, compravam e vendiam separadamente, sem que o cônjuge pudesse interferir” (p.212). Mas, a partir dos séculos XI e XII, verificamos o progresso da indivisão patrimonial dos cônjuges, agora fundidos numa massa comum, administrada pelo marido. Com isso, o pai manteve e até mesmo aumentou a sua autoridade, enquanto que, a partir do fim da Idade Média, a capacidade da mulher entrou em declínio. Ainda durante o século XIII, o direito de *primogenitura* se difundiu nas famílias nobres, e “a substituição da indivisão da comunhão de bens do casal, pelo direito de primogenitura parece ser ao mesmo tempo um sinal da importância atribuída à autoridade paterna e do lugar assumido na vida cotidiana pelo grupo do pai e seus filhos” (Ariès, 1981, p. 213).

A partir do século XIV assistimos ao desenvolvimento da família moderna e, também, a uma “degradação progressiva e lenta da situação da

¹Ilustração ainda bastante freqüente nos livros didáticos atuais, principalmente naqueles utilizados nas séries iniciais do 1º grau, quando focalizaram os brinquedos infantis.

mulher no lar. Ela perde o direito de substituir o marido ausente ou louco... Finalmente, no século XVI, a mulher casada torna-se uma incapaz, e todos os atos que faz sem ser autorizada pelo marido ou pela justiça tornam-se radicalmente nulos. Essa evolução reforça os poderes do marido, que acaba por estabelecer uma espécie de monarquia doméstica”(Ariès, 1981, p. 214).

De acordo com essa concepção de homem, mulher e família, os ensinamentos no século XVII ressaltavam que “os deveres de um bom pai de família reduzem-se a três pontos principais: o primeiro consiste em aprender a controlar sua mulher. O segundo, em bem educar seus filhos, e o terceiro, em bem governar seus criados” (Ariès, 1981, p. 263). É interessante evocar, aqui, que os tratados de civilidade (regras de moral comum contidas numa coletânea de adágios latinos atribuída, na Idade Média, a Catão), reeditados no século XVIII, ensinavam o leitor a desconfiar das mulheres, inclusive da própria, e a evitar ser um marido complacente. Uma iconografia que retrata o casamento de Filipe da Macedônia, também inclui, “atrás do padre, no tímpano da porta de igreja, (...) uma cena esculpida que mostra um marido batendo na mulher” (Ariès, 1981, p.216).²

Em relação à educação infantil, as crianças de ambos os sexos são criadas juntas, pelas mulheres, até a idade de nove ou dez anos. Depois, os meninos passam “das mãos das mulheres para as dos homens” (o pai ou outros adultos aos quais este delegou sua autoridade), enquanto as meninas prosseguem no lar (ou em outra casa escolhida para tal fim) com o aprendizado progressivo das tarefas e das responsabilidades domésticas. “A máxima separação dos sexos coincide com esse longo período intermediário compreendido entre os dez e os vinte ou 25 anos” (Ariès e Duby, 1993, p. 487).

A ênfase na diferença produz, às vezes, até a agressividade com relação ao sexo oposto. “Hierárquica, a família repousa na desigualdade, nutre-a e a reproduz: exagera-a, procurando abrandá-la” (Ariès e Duby, 1993, p. 463).

No entanto, sendo a família um fenômeno histórico, e, portanto, mutável, também as relações de gênero na família foram sofrendo alterações e, no final do século XVII, a moral da época impunha proporcionar a todos

²O Professor Mário Biazzini contou-me que, enquanto Secretário da Educação e Cultura do Município de Sorocaba/ SP (1958/88), recebeu carta de um funcionário municipal solicitando sua ajuda junto à Delegacia da mulher, por estar inconformado com o motivo de sua detenção: “ter batido em minha ‘própria’ mulher”.

os filhos (não apenas ao mais velho) e até mesmo às meninas, uma preparação para a vida, que deveria ser assegurada pela escola (Ariès, 1981).

Por volta do século XVII, a família começou a delimitar uma área maior de vida particular, a morar na sua casa e ser responsável pela educação de seus filhos. “Mais tarde (séc. XIX e início do séc. XX), as famílias das classes trabalhadoras também acabariam adotando o modelo de família nuclear burguesa, quando foram forçadas a deixar o campo e ingressar no trabalho em indústrias nas cidades” (Heloisa Szymanski, 1992, p. 5). É interessante notar que mesmo o *modelo matrifocal de família* (aquele que se organiza em torno da mulher quando não há um companheiro) assume uma forma *patriarcal* quando o companheiro retorna, ou quando um novo companheiro é aceito, assumindo o homem, então, a posição mais alta na hierarquia familiar e, também, o papel de provedor, de acordo com dados obtidos por Heloisa Szymanski (1992).

Por esse relato, embora sucinto, das funções do homem, da mulher e da família, a partir do século XVI, é possível identificar uma concepção de mulher como educadora dos filhos, tarefa para a qual não precisa ser preparada porque desempenha por “instinto”. Usa-se, então, o *determinismo biológico* para explicar a organização nuclear familiar. Entretanto, hoje em dia, aproveitando a contribuição da Antropologia para pensarmos a “desnaturalização” e a “desuniversalização” desta família que conhecemos em nossa sociedade, como nos aponta Cynthia Sarti (1992), deparamo-nos com a redefinição dos papéis masculinos e femininos, dentro e fora da família, e ainda mais do que isso, com a mudança de foco, dos papéis sociais (que servem a uma estrutura) para as relações *humanas* ou *interpessoais*. E, desta maneira, os focos de mudança vão sendo estabelecidos através da difusão de esquemas cooperativos numa sociedade competitiva, buscando alcançar o período neomatrístico, de que nos fala Humberto Maturana (1994).

O grupo social exerce controle sobre as pessoas pressionando-as em direção à adoção de um modelo de família que, no nosso caso, é a *família nuclear conjugal moderna*, constituída pelo pai, mãe e filhos, resultante da valorização de um “sentimento de família”, iniciado há cerca de três séculos atrás. Mas quando as expectativas não são atingidas, lembramos Heloisa Szimanski (1992), as pessoas continuam tendo como referencial o modelo de família idealizado pela sociedade, e a sensação de que erradas

são elas por distanciarem-se desse modelo. Convidada a falar sobre e desenhar uma família, durante uma das aulas do programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Educação da PUC/SP, uma mestranda afirmou que “a família do livro didático é a que fica”³, após ter desenhado um casal com dois filhos (o menino, mais velho, e a menina menor), e o homem, mais alto e mais velho do que a mulher.

Finalmente, pensar a família hoje, é pensar uma família em *transformação*, mesmo que esse processo de mudança seja um *processo não totalizante*, pois que pode estar relacionado a um outro elemento constitutivo da família, mas não a todos. Eunice Durham (1983) fornece boas indicações a esse respeito, quando comenta reivindicações aparentemente contraditórias na família atual das camadas médias. “Há um questionamento da relação entre o homem e a mulher, com uma reivindicação de individualização, principalmente em relação ao trabalho feminino; de realização profissional e realização sexual. O homem e a mulher fazem uma reivindicação de caráter individualista. Por outro lado, em relação aos filhos, há uma demanda de reciprocidade, de complementaridade. São demandas que vão aos sentidos opostos e que são resultados do mesmo processo de transformação” (Apud Cynthia Sarti, 1992, p. 75).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1981.
- DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993. v. 3.
- MATURANA, Humberto R., VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amor y juego: fundamentos olvidados de lo humano*. 2. ed. Santiago : Editorial Instituto de Terapia Cognitiva, 1994.
- SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da antropologia para o estudo da família. *Psicologia, USP*, v. 3, n.1, p. 69 - 76, 1992.
- SZYMANSKI, Heloisa. *Trabalhando com famílias*. São Paulo : PUC-SP/IEE e CBIA mar./92. (Cadernos de ação, 01).

³Situação ocorrida com a mestranda *Magnólia de Lima Sousa Targino*, durante a aula da Profa. Dra. Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes sobre “Educação e Família”, ministrada no de março de 1994.